

☐ **REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

☐ **PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**Expeça - se****Publique - se**

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.<sup>a</sup> Presidente da Assembleia da República****Considerando que:**

1 – No âmbito de obras de intervenção a decorrer na Rua de S. Vicente, em Braga, enquadradas no programa Regenerar Braga, Zona Histórica (cujo financiamento é feito através de fundos comunitários), com o objetivo de tornar esta rua unicamente de acesso pedonal, foram descobertas lajes graníticas que perfaziam a cobertura de uma Galeria Subterrânea.

2 – Face à descoberta de vestígios arqueológicos nessa zona, e com elevada relevância patrimonial, é evidente a necessidade de se realizarem mais escavações para o apuramento da existência de mais vestígios e da sua relevância histórica exacta, uma vez que não é aceitável a destruição de parte do património da cidade de Braga antes que esse possa ser avaliado.

3 – A Comissão Política Concelhia de Braga do CDS-PP já manifestou publicamente a sua preocupação pela forma como estão a ser realizadas essas intervenções na Rua de S. Vicente, colocando-se em risco a preservação do património nacional, nomeadamente devido à cimentação de parte do aqueduto de águas, com presumível ligação ao complexo hidráulico das Sete Fontes (que se encontra hoje classificado como monumento nacional), e devido à remoção das lajes da sua cobertura.

4 – É do nosso conhecimento que a Câmara Municipal de Braga tem recebido inúmeros pedidos de esclarecimento acerca das intervenções urbanísticas na Rua de S. Vicente, e acerca dos esforços da Câmara Municipal de Braga para preservar o património nacional e permitir que os cidadãos de Braga o visitem e dele usufruam. Segundo fomos informados, a Câmara Municipal de Braga ainda não respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3

fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Presidente da Câmara Municipal de Braga, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, a seguinte informação:

**1 – Confirma a descoberta de vestígios arqueológicos? Se sim, porque razão não sucedeu uma alteração nas intervenções urbanísticas, em consonância com essa descoberta?**

**2 – A descoberta de vestígios arqueológicos foi comunicada ao IGESPAR? Esse organismo pronunciou-se? Em caso afirmativo, solicitamos o envio da documentação referente à comunicação da Câmara Municipal de Braga ao IGESPAR, e a correspondente resposta desse organismo à Câmara Municipal de Braga.**

**3 – Confirma que não foram feitas escavações para o apuramento de mais património e da sua relevância arqueológica? Como justifica essa decisão?**

**4 – Porque razão considerou a Câmara Municipal que não havia necessidade para avaliar, catalogar e preservar os vestígios arqueológicos descobertos, sabendo-se que a sua preservação poderia gerar não só mais riqueza patrimonial como, através do turismo na região, ajudar a desenvolver a economia, criando mais um ponto de interesse cultural na cidade?**

Palácio de São Bento, segunda-feira, 11 de Junho de 2012

Deputado(a)s

ALTINO BESSA(CDS-PP)

MICHAEL SEUFERT(CDS-PP)

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA(CDS-PP)